

Ata Circunstanciada da 65ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 65ª
(SEXAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE AGOSTO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 17H02MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da mesa.

Antes de passar a palavra ao secretário, permitam-me que eu rapidamente me dirija aos candidatos da Polícia Civil. Não precisam bater palmas, até porque eu não as mereço.

Ontem, eu participei de uma assembleia da Polícia Civil. Ao final, conversei com 2 colegas que lá estavam sobre essa questão. Eu saí de lá e vim para esta casa. Vossas excelências estavam aqui e viram que eu precisei suspender a sessão mais rápido para participar de uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, na qual discutimos 2 pontos específicos: a reestruturação da carreira dos policiais civis e a contratação dos novos policiais.

Existe uma defesa – minha e do diretor – para que todos os 800 candidatos sejam nomeados a partir de novembro, conforme combinado. Portanto, essa foi a defesa feita. Quando saí de lá, fui a algumas reuniões e cheguei à minha casa quase 10 horas da noite. E fui surpreendido por alguns ataques de colegas candidatos, como se isso me assustasse, como se isso me intimidasse. Primeiramente, eu nunca tive medo de vagabundo. Não tive medo de policial, não vou ter medo de candidato a policial.

Que fique bem claro: vocês têm o meu apoio, mas são obrigados a terem respeito! Isso não adianta! É obrigatório que nos respeitem, ainda mais quando estou defendendo a causa de vocês.

Eu não sou o governador e não sou eu quem nomeio; mas, como presidente, chefe do Legislativo, e como policial civil, estamos fazendo a nossa parte. Portanto, não adianta virem com ataques a mim ou tentarem me intimidar porque não darão conta – aí eu retiro o apoio! Porque, se há alguém que está apoiando a sociedade e a polícia civil, sou eu, o diretor da polícia e os deputados!

Não vou admitir isso de forma nenhuma! Eu sempre responderei à altura, porque – volto a dizer para vocês – passei 30 anos na polícia e um sentimento que não tenho é o medo. Eu torci muito para que vocês estivessem na parte de baixo hoje, porque eu queria falar mais de perto, principalmente para os líderes do movimento, os quais provavelmente teriam incitado, dizendo que eu era contrário, inclusive dizendo: “Deputado honesto não mente para o seu eleitorado”. É bem provável que poucos de vocês tenham votado em mim e não é por essa razão que vou defendê-los, não! Eu vou defendê-los porque a sociedade precisa das senhoras e dos senhores. Mas é preciso que vocês entrem na polícia com o pé direito, respeitando, inclusive, quem tem história – e eu sou um dos que mais tem história.

Reafirmo o meu compromisso de ajudar vocês a serem nomeados. Ontem, à mesa, o que eu mais pontuei foi sobre a reestruturação e a equiparação da Polícia Civil com a Polícia Federal, como sempre tivemos, desde que eu fui presidente do sindicato da polícia. Da mesma maneira, trabalho para que vocês sejam contratados, porque a polícia vive o seu pior momento e é a sociedade quem paga essa conta. Mas o respeito eu vou exigir. Fica o recado. Muito obrigado.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 62ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 29ª Sessão Extraordinária;
- Ata Sucinta da 64ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Não há quórum.

Informo que nós estamos em uma reunião – e convido os deputados a participarem – com síndicos de vários condomínios, com o nosso secretário da Seduh, com os subsecretários, com o deputado João Cardoso, com o deputado Ricardo Vale, discutindo o projeto de lei complementar dos muros e guaritas, que deverá chegar a esta casa nos próximos dias.

Então, vou suspender a sessão por 30 minutos. Daqui a pouco, retornaremos para reiniciarmos os trabalhos.

Muito obrigado a todos e a todas.

Declaro suspensão a presente sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15h08min, a sessão é reaberta às 15h57min.)

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, presidente desta sessão.

Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e a todos os presentes no plenário.

Deputado Chico, o assunto é sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. Na última semana, acompanhamos as reações dos resultados do Ideb. Houve gente exaltando o desempenho dos colégios militares, que ocupam a primeira e a segunda posições entre as escolas de ensino médio, e as 3 primeiras posições entre os anos finais do ensino fundamental.

Entretanto, sempre rola uma confusão. Parece que há alguém querendo usar o desempenho dos colégios militares para justificar a militarização das escolas públicas do DF. E, mais uma vez, estamos aqui para lembrar que escola militar é diferente de escola militarizada. A escola militar já nasceu assim e possui uma estrutura muito melhor que a escola pública comum.

Um aluno da escola militar custa 3 vezes mais do que um aluno da rede pública convencionada. A escola militar também possui um orçamento próprio, isso permite uma melhor estrutura e melhores investimentos nas escolas militares. O aluno tem acesso a coisas como: lousa digital; auditório grande; laboratório de biologia parecido com aqueles que só vemos em filmes. Um aluno da escola militar tem acesso a muito mais do que apenas o conteúdo fornecido em sala de aula. Ele vivencia a escola de uma maneira diferente e tem acesso a coisas que vão além da grade curricular básica. E tudo isso é refletido nas altas das notas da avaliação do Ideb.

Sobretudo, é importante dizer que há um concurso para entrar nos colégios militares. Você faz uma redação para entrar no colégio militar. Não é uma escolha livre, eu não me inscrevo para estar lá. Há uma seleção, quase que um funil para escolher aqueles alunos que vão estar lá.

Mais uma vez reforçamos: colégio militar é diferente de uma escola militarizada.

Mas vejam só: o Colégio Dom Pedro I teve nota 6,4; o Colégio Tiradentes, nota 6,2; logo em

seguida, o Cemi do Gama, com a nota 5,9. O Cemi é uma escola de ensino médio integral modelo da Secretaria de Educação no DF. Lá os alunos têm acesso a várias atividades que, assim como os colégios militares, vão além da grade curricular básica. O Cemi possui laboratórios de informática e mecânica, aulas de alemão para os alunos e funcionários que queiram aprender, projetos de iniciação científica e ainda fornece lanche e almoço aos estudantes. Todas as salas de aula são equipadas com ar-condicionado.

Esse projeto pedagógico do Cemi faz com que a escola tenha o melhor indicador de rendimento do Ideb de 2021 e de 2023. Nós estamos falando de uma escola com mais ou menos 440 alunos que em 2020 aprovou 94 alunos nas universidades federais por todo o país por meio do PAS, do Enem e do vestibular normalizado. Inclusive, proporcionalmente, o Cemi é a escola do Distrito Federal que mais aprova na UnB. É importante dizer que o Cemi não custa aos cofres o mesmo que a escola Tiradentes e nem tem mensalidade paga. É importante esclarecer essa diferença.

Quem está logo atrás do Cemi do Gama, seguindo o *ranking*? O Cemi do Cruzeiro. Presidente, no Distrito Federal há 3 Cemis: um no Gama, um em Taguatinga e um no Cruzeiro. Eu quero reforçar que já aportamos recursos via PDAF para a construção e a conclusão dos laboratórios de informática, dos laboratórios de física do Cemi do Gama e de Taguatinga, laboratórios fundamentais para o ensino e aprendizagem dos alunos e do modelo educacional que o Cemi tem integrado nesse espaço.

Das 3 escolas de ensino integral e integrado, modelos da própria secretaria, 2 estão entre as 4 mais bem colocadas no Ideb. O que essas 2 escolas têm em comum com as escolas militarizadas que estão no topo do *ranking*? Assim como a escola militar, elas têm uma estrutura melhor, obviamente que nem se compara com a estrutura do Colégio Militar de Brasília, por exemplo; mas o Cemi sai na frente se nós o compararmos com a maioria das escolas públicas do Distrito Federal. Ele possui laboratórios que fazem com que os alunos vivenciem a escola de uma outra maneira, além de projetos que tornam a relação do aluno com a escola muito melhor.

O Cemi do Cruzeiro, por exemplo, tem um projeto de teatro que já encaminhou, educou, treinou e capacitou centenas de alunos a partir do processo do teatro como ensino e aprendizagem. Se observarmos outras escolas no *ranking*, veremos que todas nos mostram que o bom desempenho dos nossos estudantes está diretamente ligado à estrutura e às condições de trabalho dos profissionais do ensino pedagógico e à oportunidade que nós damos aos nossos estudantes para vivenciarem na escola.

O CED do Lago é uma escola intercultural bilíngue de ensino médio em tempo integral que, inclusive, atende vários alunos em situação de vulnerabilidade e vários alunos da região metropolitana do Distrito Federal.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo mais 1 minuto a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL – Há 2 IFBs. Sabemos muito bem que a estrutura é totalmente diferente das que vemos nas escolas públicas do Distrito Federal. O centro de ensino médio em tempo integral de Taguatinga, que nós conhecemos como EIT, tem oficina de química, física, informática e empreendedorismo.

Nós sabemos que muitas dessas escolas que estão nesse *ranking* possuem algum tipo de projeto para desenvolver as habilidades dos alunos além do básico. Os professores e a direção penam para manter esses projetos nas escolas, dependendo de emenda parlamentar desta casa.

Não adianta colocar o aluno numa escola precarizada, numa sala superlotada, com o mínimo de recurso e depois querer comparar o desempenho desses alunos com o desempenho de uma escola ou de um colégio militar, que tem muito mais estrutura, muito mais capacidade, e que não tem, por exemplo, a evasão de professores, não faltam professores, não faltam insumos, que conseguem chegar e adentrar. Essa comparação é desigual, ela não faz sentido.

Para nós, presidente, a pesquisa da Secretaria de Educação realizada em 3 escolas de gestão compartilhada, que a apontava como uma boa experiência, não é verdade. A boa experiência está aqui e são das escolas não compartilhadas, porque elas são a maioria e elas é que pontuam no *ranking* das escolas do Ideb.

É importante dizer que, se essas escolas tivessem esse material, as mesmas condições, os mesmos recursos, as 17 metas estabelecidas com os investimentos, certamente pontuariam muito mais no Ideb, com um ápice dentro do Distrito Federal. No Brasil, as melhores notas no Ideb não são dos colégios militares, são das escolas públicas do Ceará, fomentadas por um projeto pedagógico de Estado

que permanece e não muda em nenhuma gestão.

No Distrito Federal há escolas onde o material e o uniforme não chegam, às vezes falta merenda escolar. Não há ônibus para o aluno chegar à sua casa. Às vezes, o professor, por causa do contrato temporário, é devolvido e não há outro para substituí-lo, ficando o aluno sem aula ou só meio período de aula. Faltam monitores, supervisores...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Peço que conclua.

DEPUTADO MAX MACIEL – Precisamos reforçar que existe um modelo concreto de educação, um modelo que dá certo. Existem boas práticas, em sua maioria nas escolas públicas do Distrito Federal, que mostram que o ensino e a aprendizagem respeitando a carta da sala de aula fazem sentido.

Por que a secretaria insiste nessa narrativa de militarizar as escolas, quando os dados que trouxemos deixam claro que um bom desempenho é feito por um projeto pedagógico e investimento em educação? Por que o projeto de educação do GDF não é para melhorar a educação pública? Ele objetiva simplesmente alocar agentes que já foram policiais – nós não sabemos o porquê de terem sido destacados – em sala de aula em contraponto a um Batalhão Escolar sucateado! Uma das justificativas de haver polícia na escola é para uma pseudo-segurança. Já sabemos que a violência nas escolas extrapola os muros – na escola nem sequer deveria haver muros.

Fazem isso em vez de um processo pedagógico, o que possibilitaria aos alunos uma outra experiência extraclasse – é essa que valorizamos, em que nós apostamos e investimos os nossos recursos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a liderança cede o tempo ao deputado Thiago Manzoni.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, senhores parlamentares presentes, servidores e quem nos acompanha de casa, por meio do YouTube ou pela TV Câmara Distrital.

Não era o assunto que eu iria abordar, mas já que estamos a falar das escolas do Distrito Federal, eu parabeno as escolas do DF que obtiveram bom resultado no Ideb, em especial, obviamente, as escolas militares e aquelas cívico-militares, deputado Joaquim Roriz Neto, de gestão compartilhada.

O mérito importa na vida. Bons resultados, aprovação em provas, aprovação nesse funil que existe para entrar nas escolas militares, isso tudo é resultado do esforço próprio das pessoas. Todo bom resultado decorrente do esforço próprio deve ser valorizado e jamais criticado, porque a vida é sobre conquistas obtidas mediante esforço. Não há conquista se não houver esforço, se não houver renúncia, se não houver dedicação! Cada um dos alunos que consegue uma vaga em uma escola militar deve ser reconhecido pelo seu esforço e pela sua dedicação. Cada aluno das escolas da rede pública do Distrito Federal que obteve um bom resultado no Ideb merece o reconhecimento dos parlamentares, do Governo do Distrito Federal e da população.

Aproveito que estão presentes crianças da nossa rede pública para me dirigir a vocês e dizer-lhes que a vida é feita de escolhas e todos os nossos resultados dependem de esforço. Não esperem obter nada de maneira fácil na vida, porque tudo que vem fácil não tem valor, não valorizamos. Esforcem-se, dediquem tempo, façam renúncias, escolham o caminho que vocês querem trilhar e se dediquem a ele. Dessa forma, os frutos obtidos serão muito bons.

Aproveito o ensejo para falar das 2 mil vagas que o Governo do Distrito Federal contratou para alocar ou para abrigar moradores em situação de rua. É um esforço válido do Governo do Distrito Federal, mas infelizmente não vai resolver o problema que existe hoje no DF. No último sábado,

moradores da Asa Norte fizeram a primeira manifestação inconformados com a violência que assola a Asa Norte, a Asa Sul e também outras regiões administrativas do Distrito Federal.

O governo Ibaneis tem uma série de acertos e pode ser no futuro reconhecido de muitas maneiras; mas, se essa questão não for resolvida, com relação a essas pessoas que hoje habitam as ruas, praticam crimes, delinquem, traficam drogas, assaltam a população, será possível que o Distrito Federal se torne uma grande Cracolândia. Eu ficarei triste de dizer que estava nessa legislatura quando isso aconteceu. É necessária a contratação de mais vagas nesses abrigos. É necessário que a solução seja apresentada de maneira definitiva, porque os pais e as mães do Distrito Federal não aguentam mais viver com a insegurança com que têm vivido.

As nossas senhoras idosas não têm mais condições de sair para a feira e chegar às suas casas sem as sacolas de compras porque foram assaltadas. As nossas mulheres não aguentam mais não poder sair de casa no escuro com medo de serem violentadas e com medo de serem alvo da violência dessas pessoas. As nossas crianças não aguentam mais não poderem brincar em todo o Distrito Federal. A verdade é que a população do DF virou refém e nós não podemos mais admitir isso!

Então, ao passo que eu parableno o Governo do Distrito Federal pela contratação dessas 2 mil vagas, eu preciso reiterar ao governo que elas ainda são poucas e precisamos de mais! Precisamos entregar uma solução para isso.

Presidente, preciso de mais 1 minuto ou 2 minutos para encerrar minha fala.

Volto ao assunto que veio à tona por meio do jornal *Folha de S. Paulo*: "O Poder Judiciário brasileiro está desnudo diante da sociedade".

Tudo que aconteceu nos últimos anos nos inquéritos intermináveis que tramitam no Supremo Tribunal Federal...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – ... está sendo disponibilizado para quem quer ver o que aconteceu: investigações com alvos selecionados, parlamentares escolhidos a dedo para serem investigados. Nós chegamos ao ponto de que um dos juizes auxiliares de um ministro da Suprema Corte brasileira falou que o ideal seria haver uns jagunços para trazerem um brasileiro de volta dos Estados Unidos. Algumas pessoas na internet disseram que é o "estado jagunço de direito".

Até quando nós vamos permitir que isso aconteça? Até quando nós vamos permitir que o nosso Poder Judiciário se comporte como uma casa de leis? Até quando nós vamos admitir que o nosso Estado democrático de direito, que a nossa democracia tenha, nas figuras que passaram em concursos públicos e que foram alçadas a cargos públicos no Judiciário, comportem-se como se fossem políticos?

A política se faz no Poder Executivo e no Poder Legislativo. O Poder Judiciário é poder jurisdicional. É quem diz o direito que é criado nas casas legislativas de todo o Brasil e no Congresso Nacional.

Ontem nós assistimos estarecidos a um almoço que foi feito para congregar os 3 Poderes da nação. Foi um almoço que demonstra, claramente, para todo o Brasil, que o sistema de freios e contrapesos acabou, não existe mais no Brasil, e que o Poder Judiciário atua hoje, infelizmente, lamentavelmente, como uma esfera política. Isso precisa acabar!

Dia 7 de setembro o Brasil vai estar nas ruas contra isso!

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Neste momento, registro a presença de estudantes, professoras e professores da Escola Classe Rua do Mato da Fercal. Sejam bem-vindos a esta casa de leis. Vocês estão fazendo parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Peço aos deputados e aos servidores uma salva de palmas para esses alunos. (Palmas.)

Já estamos no aguardo – creio que já estão aqui – da presença dos estudantes do Caic Júlia Kubitschek de Oliveira, que também são participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde presidente, boa tarde a todos e a todas que nos acompanham. Um boa-tarde especial às meninas e aos meninos da escola classe Rua do Mato e do Caic, que também estão aqui. Cumprimento as professoras, os professores e os servidores da escola. É sempre bom ver vocês por aqui.

Senhor presidente, eu vou começar com o assunto educação mais uma vez. Eu estive aqui ontem e falei sobre a nossa preocupação com o resultado do Ideb, que saiu na semana passada, e a crítica que temos sobre a concepção e o método do Ideb. Nenhuma escola, nenhum professor, nenhuma professora ou estudante deve ser ranqueado por uma nota e por uma prova. A nota da prova não nos mede, não nos define, não diz a qualidade de seres humanos que nós somos. Este é o papel fundamental da escola: a educação para a cidadania, para a democracia, para os valores da vida.

Eu digo isso, senhor presidente, porque há uma lição a ser tirada do Ideb: a falta de atenção do Governo do Distrito Federal; porque, de fato, caiu a nota do Ideb. E caiu por motivos óbvios: falta de cuidado e atenção do governo.

Eu estou olhando os meninos e as meninas e vejo que eles estão uniformizados. Só que o uniforme chegou – e eles podem provar – agora, em agosto, quase no final do ano. A alimentação escolar, a merenda da escola, que é tão boa, tão fundamental, tão importante, vive em crise. As escolas passaram 3 meses, no início do ano, apenas com carne de porco – quando havia.

Qual é a atenção que o Governo do Distrito Federal dá às escolas como prioridade? Não dá! Todos os dias chega à Comissão de Educação, senhor presidente, pedido de ajuda de escolas, porque a Secretaria de Educação não libera coordenador pedagógico, o que está na lei! É obrigação da Secretaria de Educação liberá-lo, porque cada escola tem um quantitativo definido em legislação. A Secretaria de Educação não cumpre lei e abandonou as nossas escolas.

Eu trago também, senhor presidente, toda a minha solidariedade a uma escola de Planaltina que, hoje, mais uma vez, foi vítima de ataque de violência. Eu lamento e presto a minha solidariedade à comunidade escolar, porque esse é um tema de que precisamos tratar com muita seriedade. É preciso cuidar das nossas escolas. Lembro que as nossas escolas, no ano passado, no ano retrasado, foram vítimas de ataques organizados, inclusive por grupos que usavam as redes sociais de extrema direita, por grupos de ódio, que atacaram as escolas, que ameaçaram e fizeram, inclusive, parte desses ataques – e aqui no Distrito Federal também.

É preciso proteger as nossas escolas com muita seriedade. Não se protege escola só com bravatas ou com ações fáceis de jogar para a galera, como a Secretaria de Educação quer fazer – e não sabemos quanto vai custar –, colocando detector de metal em todas as escolas. Quanto isso custa? Qual é a empresa que vai ganhar? Quem vai revistar os estudantes nas escolas? Porque as escolas não têm porteiro. Aliás, o que o governo fez foi acabar com o Batalhão Escolar. Uma série de denúncias, de pedidos e de chamadas que são abertas pelas escolas no Batalhão Escolar não é atendida e por um motivo simples: não há pessoal disponível, não há efetivo para atender as escolas.

Esta deveria ser a solução: mais investimento público, contratação de profissionais que faltam nas escolas, uma política séria de enfrentamento à violência; e não mais um negócio – um negócio – que o Governo do Distrito Federal está tentando fazer, colocando detector de metal na porta das escolas. Escola não é presídio, e essa precisa ser uma concepção importante. Parece-me que o Governo do Distrito Federal está defendendo uma concepção atrasada de educação.

Presidente, trago, nestes 30 segundos que me faltam, uma notícia importante que saiu hoje no UOL e em vários meios de comunicação: o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, cobrou a Polícia Federal sobre as investigações, mais uma vez, a pedido, inclusive, do Ministério Público.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O ministro Alexandre de Moraes cobrou hoje, a pedido do Ministério Público, a entrega e o andamento do relatório da Polícia Federal sobre a atuação do governador Ibaneis e do ex-secretário de segurança, Anderson Torres, sobre o ocorrido no 8 de janeiro. Ele cobrou para ter, pelo menos, o relatório parcial das investigações, que precisa ser apresentado – é importante isso, pois a investigação e o inquérito continuam.

E, mais uma vez, presidente, parabeno-o pelo brilhante trabalho na condução da CPI do ano passado, que foi fundamental para desnudarmos a tentativa de golpe que houve no Brasil. É importante que as investigações aconteçam.

Termino, presidente, cobrando aqui o Governo do Distrito Federal. Na semana passada,

tivemos um ato no Buriti: a Sedes, mais uma vez, atrasou o repasse e o pagamento das entidades que prestam assistência e serviço de acolhimento das crianças, jovens e adolescentes. Obviamente, não é possível que não tenhamos, por parte do governo, o cumprimento disso. Ele contratou, houve edital, as entidades concorreram, foram selecionadas, estão prestando o serviço e, mais uma vez, elas não receberam o repasse desde julho, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Registro, neste momento, a presença dos estudantes, professores e professoras do Caic Júlia Kubitschek de Oliveira. São participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos a esta casa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, houve uma referência, a meu ver, equivocada, relacionada a ataques da direita às escolas.

O que a direita defende nas escolas? Mérito, dedicação, disciplina, resultados, obtenção de resultados mensuráveis, métricas para dizer se as crianças estão aprendendo ou não, proteção dos professores, valorização desses profissionais. Não sei de que forma isso pode ser um ataque às escolas. Segurança nas escolas, isso não é ataque!

O problema todo, presidente, é que, se nós valorizarmos essas coisas, entregarmos segurança, valorizarmos os professores, falarmos de mérito, dedicação, disciplina, acaba a doutrinação. E, se acabar a doutrinação, isso é um problema grave. Então, o ataque, na verdade, é porque queremos acabar com a doutrinação, por isso somos chamados de quem está atacando. Não é verdade, não estamos.

E, por fim, a escola deve servir não como um meio para produzir cidadãos com este ou aquele viés ideológico, mas para produzir riqueza numa nação, produzir cidadãos aptos a produzir riqueza, a prosperarem na vida.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

Deputado Thiago Manzoni, convido vossa excelência a presidir, porque, depois do deputado Jorge Vianna, eu irei falar.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, servidores da casa e todos que estão assistindo a nós.

Meu colega Suzano, seja bem-vindo à minha casa. Eu fui à sua casa hoje. Seja bem-vindo à minha casa, ou melhor, nossa casa.

Boa tarde a todos que estão assistindo pela TV Câmara Distrital, a todos os nossos colegas da Polícia Civil, futuros agentes e servidores. (Palmas.)

Uma boa tarde especial para a criançada do Caic de Sobradinho. Boa tarde, criançada!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Podem falar alto. Agora está autorizado. Boa tarde, pessoal!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eles estavam falando bem baixinho, porque a orientação é falar baixinho. Sejam bem-vindos e bem-vindas a esta casa. Tenho certeza de que vocês virão para cá um dia, seja para trabalhar, seja para reivindicar, seja para cobrar, seja como parlamentar.

Professoras, muito obrigado. Que bom que as professoras têm essa consciência de trazer as crianças a espaços e lugares que podem mudar a vida das pessoas e delas.

Eu sempre digo que, quando eu estudava em Samambaia, se eu tivesse sido levado às delegacias, aos hospitais, aos presídios, à Câmara dos Deputados, ao Senado, a esses ambientes

públicos, talvez me despertasse, quando jovem, o desejo de escolher uma profissão.

Eu acredito que, hoje, a maior dificuldade de um adolescente é escolher uma profissão, porque ele não sabe direito o que as profissões fazem. Às vezes, as pessoas acham bonito uma profissão que usa branco, porque é branco; ou acham legal uma profissão que usa arma; mas as pessoas não sabem, de fato, com o que essas profissões lidam. São tão difíceis as profissões, mas quem gosta e quem ama faz com tanto amor que acaba se tornando uma coisa leve.

Parabéns à educação. Parabéns à Escola do Legislativo, que tem esse programa nesta casa. Eu não sei se há – eu não me recordo de ter visto enquanto eu estive andando no Congresso Nacional – algum projeto relacionado a esse tema no Congresso. Eu acho que não há. Então, isso prova que a Câmara Legislativa tem, sobretudo, esse papel social. Parabéns, Escola do Legislativo.

Presidente, primeiro, eu queria tranquilizar os enfermeiros de Brasília com relação à prescrição médica, tema muito debatido nas últimas semanas, após aprovação e sanção de uma lei de minha autoria que garante o exercício profissional do enfermeiro. Por que essa garantia? Porque já é lei. A Lei 7.498/1986, a lei do exercício profissional da enfermagem, já previa a prescrição feita pelo enfermeiro.

Em todo o Brasil, essa prescrição, inclusive de antibiótico, era aceita nas secretarias estaduais e municipais. Só que as farmácias privadas não aceitavam. E nós não sabíamos por quê. Depois dessa lei, começamos a entender o processo. Elas não aceitam porque não existe um código no sistema da Anvisa. Lá só existe o código do médico e do odontólogo. Aí perguntamos: mas por quê? “Ah, não sei. Nunca ninguém se preocupou talvez.”

Fomos à Anvisa. A Anvisa falou assim: “Epa! Nós não proibimos de receber receita de antibiótico de enfermeiros, não. O programa que nós temos, inclusive, está em manutenção há um tempo, é só para otimizar, para facilitar e coisa e tal; mas a responsabilidade de controle da receita é da farmácia. Pode fazer registro em livro. Pode fazer registro em sistema próprio.” Ou seja, senhoras e senhores, não há nada que impeça as farmácias privadas de receberem a prescrição do enfermeiro.

Ontem, no gabinete, nós tivemos uma reunião, deputado Thiago Manzoni, com a Divisa, que seria a nossa Anvisa, só que a Divisa é a Anvisa regional. Estivemos com a Secretaria de Saúde, com a gerência de enfermagem da Secretaria de Saúde; com a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, a Abrafarma; e com a ABCfarma, que é a associação de farmácias de pequeno porte, digamos assim, em Brasília.

Então, nós conversamos com todos eles e chegamos a um bom termo. Primeiro: está valendo a lei. E o que podemos fazer para deixar isso mais claro? A Divisa vai fazer uma nota técnica para os seus fiscais dizendo tudo isso que acabei de falar.

Então, não vejo problema nenhum. Está valendo. A população se beneficia e muito, porque ela não vai ter que voltar ao posto para trocar receita. Imaginem uma mulher que está com um problema, uma IST, antiga DST, doença sexualmente transmissível. Para muitas doenças dessas, é prescrito o metronidazol, um antibiótico. O enfermeiro passa o metronidazol. Se não há na farmácia pública, ela vai à farmácia privada e compra o metronidazol. A farmácia não aceitava. Agora, ela aceita.

Então, veja como isso vai melhorar, porque são comuns esses tratamentos de doenças sexualmente transmissíveis e tantas outras doenças que o enfermeiro prescreve. Ela não vai ter que voltar mais ao hospital para trocar receita. Quem vai se beneficiar, de verdade, é a população.

Presidente, deputado Thiago Manzoni, só para finalizar, eu não poderia deixar de dizer que este deputado aqui é um deputado que vai a todas as assembleias a que é convidado. Fui a todas as assembleias e irei a todas, independentemente se é de sindicato, associação ou qualquer outra instituição que aglomere um número de servidores, de trabalhadores e que queira ouvir a voz de um deputado experiente no meio sindical. Hoje eu estive na assembleia do SindSaúde.

Está aqui uma categoria de nível médio da Secretaria de Saúde, chamada Gaps, que é a antiga Assistência Pública à Saúde e que agora voltou a ser Assistência Pública à Saúde. Nós estávamos nessa carreira, saímos e criamos a nossa carreira de técnico em enfermagem. Mas ficaram nossos colegas técnicos em saúde, que estão lá também sendo prejudicados por não terem o reajuste que todas as outras carreiras tiveram ao longo dos anos. O que nós de nível médio tivemos, que fique bem claro, foi a incorporação da gratificação da Gata e a redução de 24 para 20 anos.

Por isso, nós falamos com o governo e o convencemos a fazer o reajuste dos técnicos em saúde, no caso, os técnicos em enfermagem. Mas eles ficaram e estão lutando por reajuste também, o que é legítimo. E eu defendo isso. Eu defendo porque, de todas as carreiras, a do nível médio foi a mais prejudicada.

Então, participei da reunião hoje com o sindicato e me comprometi com a categoria. Vou fazer esse elo caso seja necessário. Sendo necessário, estarei lá conversando com o governo, falando de toda a experiência que eu tive com relação aos outros governos, principalmente da dificuldade de conseguir os reajustes para o nível médio, e pedindo que o governador faça essa reparação histórica, porque nível médio...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eu estou falando demais.

O nível médio, em todas as carreiras, sempre foi preterido. Nós temos que acabar com isso.

Inclusive, eu sempre falei que, para mim, nível médio do GDF tem que ter o mesmo vencimento, e nível superior também, o mesmo vencimento. É preciso acabar com essa distorção, com essa discrepância que há no mesmo nível em tantas outras secretarias.

A pauta que o sindicato e a associação defenderem, eu vou levar e defender junto ao governo. Agora, a negociação fica a cargo do sindicato e da categoria, porque ela decide e ela tem a supremacia. Para esse elo, essa entrada no governo, podem contar comigo, porque eu vou estar aqui para ajudar com certeza e com o maior prazer.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para falar como líder do PT, por 5 minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, pessoas que estão nos assistindo neste momento, nós vimos hoje ser apresentada à população do Distrito Federal a nova frota de ônibus articulado da Pioneira. Muito bonita aquela frota. Porém, é importante dizermos para a opinião pública que isso só está acontecendo porque esta Câmara Legislativa, através do nosso mandato, promoveu mais de 1 audiência pública, cerca de 5 audiências públicas para que acontecesse o cumprimento dos contratos e a renovação completa da frota dessas empresas.

Houve a renovação da Piracicabana em 100% e a renovação da empresa Pioneira em 100%. A São José, que é uma das que mais deram trabalho, hoje está 100% renovada; e também a Urbi. Falta ainda completar a renovação da empresa Marechal.

Portanto, foi o trabalho deste mandato, o trabalho desta Câmara Legislativa que fez com que a frota fosse renovada e trouxesse o bem-estar que está trazendo aos passageiros, usuários de ônibus aqui do Distrito Federal.

Tenho orgulho de participar dessa luta há mais de 20 anos, juntamente com o Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, que sempre fez parte dessa trincheira da defesa dos usuários do transporte público do Distrito Federal.

Há um segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje, presidente. Talvez eu seja o deputado mais crítico com relação ao Iges nesta cidade. Eu critico desde o tempo em que o senhor Rodrigo Rollemberg criou esse instituto. Depois, a ampliação dele por parte do governador Ibaneis Rocha também foi muito criticada por mim.

Agora eu estou preocupado com o destino do Hospital Cidade do Sol, lá na Ceilândia. Eu gosto de ir aos locais e ver como é que as coisas estão funcionando. Hoje eu estive no Hospital Cidade do Sol e entrevistei, um por um, os usuários daquela instituição e pude ver, deputado Thiago Manzoni, que o índice de aprovação, de satisfação – eu não estou falando do Iges como um todo, mas daquele hospital – é de 100% de quem está lá dentro.

É importante dizer que é um hospital de portas fechadas, não é um hospital de portas abertas com pronto-socorro. As pessoas que estão lá dentro, que tiveram a felicidade de chegar lá, estão sendo tratadas com dignidade. Boa parte dos pacientes que eu entrevistei são infartados que estão se recuperando. Eu conversava com o doutor Juracy, que me dizia da importância daquele atendimento, pois mesmo a pessoa infartada, dependendo do momento em que é atendida, poderá sobreviver e ter uma vida longa pela frente.

Eu já quero adiantar que tudo o que eu faço, eu faço com a mais absoluta clareza. Está chegando um projeto nesta casa para estender o prazo de gestão daquele hospital, e eu vou votar a favor em razão do nível de aceitação do tratamento daqueles pacientes. Nós não podemos, em

nenhuma hipótese, interromper o atendimento que está sendo dado àqueles pacientes. Eu estava com um companheiro que é o presidente do Partido dos Trabalhadores na Ceilândia, o professor Nelson, que já teve problema de infarto também. Ele saiu de lá com a certeza de que o tratamento do hospital Cidade do Sol é bom.

Portanto, eu vou votar a favor da continuidade do trabalho praticado, da prestação de serviço que é feita pelo Hospital Cidade do Sol; eu vou votar a favor, porque eu vi o atendimento que está sendo dado àqueles pacientes.

Eu agradeço a vossa excelência, que está presidindo, e fica aqui consignado o meu voto por aqueles pacientes que estão lá e que não podem deixar de ser atendidos efetivamente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Vou devolver a presidência a vossa excelência, mas quero deixar consignado aqui, em relação à sua fala, deputado Chico Vigilante, relativa ao Hospital Cidade do Sol que os dados que vossa excelência apresenta em relação à aprovação do hospital são fidedignos. Eu não sei se o índice de aprovação das pessoas atendidas lá chega a 100%, mas todos com que eu conversei aprovam o hospital e estão muito satisfeitos com a gestão dele.

O mesmo vale para as visitas que fiz ao Hospital de Base. De maneira muito corriqueira, os pacientes do Hospital de Base fazem boa avaliação. Eu aproveito a oportunidade para parabenizar o doutor Juracy, que recebe tantas críticas, às vezes justas, às vezes não tão justas. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que ele tem realizado, porque, mesmo com todas as dificuldades, que são decorrentes da própria atividade, ele tem conseguido melhorar os hospitais sob a gestão do Iges e tem promovido um atendimento de maior qualidade à população do Distrito Federal.

Então, fica aqui também a minha observação e, de igual modo, eu adianto o meu voto favorável ao projeto de lei que vai ser encaminhado pelo Poder Executivo.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, peço a Deus que nos abençoe.

Estão aqui as pessoas da carreira socioeducativa, para as quais externamos o nosso apoio. Sabemos que, infelizmente, ainda há crianças que precisam do socioeducativo. Sei do trabalho efetivo de vocês, mas seria melhor se não houvesse crianças nesse lugar. Contem com todo o nosso apoio. Vamos assinar essa moção para a reestruturação da carreira de vocês. Sei o quanto isso é importante.

Quero registrar a minha gratidão ao trabalho de vocês. Quando visitamos uma unidade socioeducativa, nos deparamos com uma realidade muito triste: jovens que têm todo o potencial para brilhar na nossa sociedade e muitas vezes estão lá. É algo que mexe comigo como mãe. Sou mãe de 6 filhos, de filhos na adolescência, e para mim é muito triste saber que há crianças nesse sistema. Mas sabemos da importância do trabalho de vocês. Então, quero registrar isto: contém conosco.

Presidente, gosto sempre de iniciar as minhas palavras dizendo: "Que Deus nos abençoe!" Que abençoe esta casa, abençoe este plenário, abençoe todos os servidores, em especial os parlamentares, que têm como responsabilidade representar a população.

Ontem eu falei aqui, mas quero aproveitar para falar novamente e convidar todos os senhores. Na semana que vem teremos a Semana da Primeira Infância. Como parlamentar, deputada federal à época, conseguimos apresentar – junto com a frente parlamentar e com a comissão que eu presidia – um projeto de lei, hoje sancionado pelo presidente da República, para que todos os estados e municípios falem, no mês de agosto, a respeito da primeira infância.

É muito importante entendermos que a infância do nosso país tem que ser olhada com muita responsabilidade. Quando falamos de infância, falamos da mulher grávida, de uma gravidez que possibilite essa criança nascer numa família que possa lhe dar estrutura emocional, econômica, financeira e de educação. Percebemos que, infelizmente, na capital do nosso país, ainda falta muito.

Por isso, aproveito a oportunidade para convidar todos que estão aqui a olhar a nossa exposição no *hall* de entrada do plenário, que representa uma realidade das nossas crianças em Brasília, fotografadas pelos jornalistas que trabalham no *Correio Braziliense*, que estão há mais de 18 anos fotografando a nossa realidade. Há criança trabalhando no semáforo, criança sem calçado, criança muitas vezes abandonada dentro dos lixões.

É por isto que nós lutamos, para que essas crianças não cheguem um dia a precisar do socioeducativo, que possam ter oportunidades. Eu convido os senhores a se sensibilizarem por esta causa, porque, quando investimos na primeira infância, economizamos na segurança, na saúde, em todas as esferas do Estado. E, com certeza, teremos adultos com mais possibilidades.

É importante dizer que o Ideb da nossa cidade não traz muita honra para nós. Graças a Deus, algumas escolas passaram a ser motivo de alegria e de comemoração, mas ainda precisamos melhorar muito.

Aproveito para dizer o seguinte, presidente. Sei que muitas pessoas estão falando das escolas militares. Não podemos deixar de observar e de elogiar o trabalho das escolas cívico-militares. Não é preciso fazer provas para essas escolas e, mesmo que fosse preciso, também trabalhamos com a meritocracia, com o esforço. As crianças têm acesso a essas escolas públicas. Hoje, estamos vendo que essa metodologia também é eficiente para o Estado.

Conheço escolas do Gama que não fazem parte desse sistema. Elas tiveram boa classificação no Ideb. O importante é oferecermos o melhor para as nossas crianças.

Lutaremos para que nenhuma escola seja privilegiada em detrimento de outra. Vamos dar condições tanto para as escolas cívico-militares quanto para as escolas de currículo normal, a fim de que as crianças tenham acesso à educação de qualidade.

Essa realidade, presidente, eu, que sou uma das parlamentares que mais destinei emenda para a educação, conheço bem de perto, porque vou às escolas. Infelizmente, sabemos que há escolas que ainda não têm refeitório, que só têm um computador, que é usado pela secretaria.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, peço só mais um minuto.

Existem escolas que não têm absolutamente nada. Nós parlamentares estamos auxiliando para que elas sejam estruturadas.

A escola é o futuro do nosso país e é o presente, o dia a dia. Uma criança que tem a oportunidade de estar em uma escola que oferece uma alimentação de qualidade, na qual os professores estão felizes, com certeza é uma criança que terá um futuro brilhante. É isso o que defendemos.

Quero ainda dizer que, sexta-feira, estive no Hospital Cidade do Sol. Fui lá exatamente por saber que esse projeto está chegando a esta casa. Até conversei com o secretário Maurício. Eu disse a ele que quero conhecer o cronograma financeiro. É importante que esse cronograma seja apresentado. Conversei com o presidente Juracy também.

Visitei todas as pessoas que estavam internadas, conversei com 100% dos pacientes e até brinquei com eles. Falei com os pacientes e com os acompanhantes – 99% dos pacientes estavam acompanhados.

Constatei que o lençol estava limpo e que todas as pessoas estavam com cobertor. Perguntei: “Que nota você dá?” Todos falaram 10, 11. Eu brincava e falava: “Nota 10, nota 11, não! Vamos dar 8,5, porque precisamos sempre melhorar.” E os pacientes falavam: “Não. Nota 10, nota 11.” Isso, para mim, é um bom reflexo do atendimento.

Perguntei também há quanto tempo estavam internadas. Não foi algo orquestrado – vamos dizer assim – de que estavam lá desde hoje. Havia pessoas que estavam internadas há 20 dias.

Quando brinquei com relação à nota, uma pessoa falou: “Então, vou dar 7,5”. Eu falei: “Consegui uma pessoa que deu nota 7,5!”, e ele falou: “Não, deputada. Não vou dar nota 7,5, não. Vou dar 9.” Ela foi a única pessoa que, brincando, falou isso. Todas as outras deram nota 10, nota 11 para o atendimento.

Na sequência, liguei para o presidente Juracy e fiz esse elogio a toda equipe. Lá eles têm um prontuário que se chama prontuário emocional. A assistente de saúde pergunta ao paciente do que ele gosta, qual é a música de que gosta mais, para que ele se sinta feliz. De todos eles sabíamos qual era a música preferida, se era sertaneja ou outra. E isso tudo faz parte de uma boa recuperação.

Eu quero elogiar a forma como os pacientes estão sendo tratados. Na ponta, as pessoas estão sentindo isso e estão muito bem. Agora, é importante esta casa ter também, como responsabilidade, a planilha de custos disso.

Portanto, na sexta-feira passada, tive essa vivência, esses depoimentos de 100% dos pacientes

com seus acompanhantes. Vi um atendimento muito legal, com lençol limpo, cobertor e alimentação de qualidade. Houve um paciente, presidente, que chegou para mim e falou assim: "Oh, até me ofereceram um bifão". Isso é muito legal de ouvir.

Que possamos dar essa qualidade para todos os pacientes do Distrito Federal, porque a nossa população merece respeito, merece dignidade. É isto que esta casa precisa fazer: cada vez mais, acompanhar as políticas públicas que acontecem em Brasília.

Que Deus abençoe a todos. Muito grata pela oportunidade. (Palmas.)

(Assume a presidência o deputado Max Maciel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Assumo a presidência ainda nos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao meu par de partido, deputado Fábio Félix, pelo tempo que julgar necessário.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Max Maciel, líder do nosso bloco.

Na verdade, eu nem falaria hoje, presidente, porque, ontem, eu falei sobre diversos temas, mas o debate foi suscitado.

Primeiro, eu queria registrar a presença dos representantes do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Agradeço a presença e a luta que vocês têm feito pela reestruturação da carreira. A nossa moção, de minha autoria, do deputado Wellington Luiz, do deputado Max Maciel e da deputada Paula Belmonte, que pede a reestruturação da carreira socioeducativa, está circulando. Já são 7 assinaturas de parlamentares. Nós queremos que a moção seja assinada pelos 24 parlamentares e aprovada na sessão da semana que vem, porque eu acho que é uma luta pela cidade, para o fortalecimento de uma carreira que merece ser respeitada.

Ontem eu falei um pouco sobre os dados do nosso salário, porque, às vezes, o povo acha que servidor público ganha 20 mil reais, que ganha o mesmo que um procurador. Eu mostrei a nossa realidade, que é difícil, porque muitas carreiras não são valorizadas.

Os servidores da carreira da Procuradoria, do TCDF, da nossa própria Câmara Legislativa têm um determinado salário. O salário dos professores, dos técnicos em enfermagem, dos especialistas, dos agentes socioeducativos, dos técnicos socioeducativos e da assistência social é bem diferente, porque, hoje, não há isonomia no serviço público do DF. Algumas carreiras fundamentais, como a carreira socioeducativa, não são valorizadas da forma como deveriam.

Esta é a nossa luta: que possamos elevar o nosso padrão aos altos salários do serviço público, porque o serviço que prestamos é de qualidade e de alta complexidade. Nós queremos salário de qualidade para a nossa categoria. Essa vai ser a nossa luta. Esperamos que o governo envie, em breve, esse projeto de lei para a Câmara Legislativa.

O Maurício, nosso secretário de relações parlamentares, está presente. Ele foi secretário de Justiça do Distrito Federal e conhece a situação, a realidade da carreira. É um cara extremamente sensível a essa pauta e tem lutado também para que o projeto de lei chegue a esta casa. Eu queria deixar, mais uma vez, esse registro. Seguiremos na luta.

A secretária de Justiça Marcela Passamani se empenhou muito nesse projeto, que tramitou rapidamente na Secretaria de Justiça, e agora está na Secretaria de Economia. Estamos aguardando a assinatura do secretário Ney Ferraz, para que o governador Ibaneis envie o projeto de lei à Câmara Legislativa do DF. Agradeço.

Rapidamente, deputado Max Maciel, eu queria divergir dos colegas que me antecederam sobre o Hospital Cidade do Sol, pauta que precisamos analisar a partir de uma ótica geral do sistema de saúde do DF. Já que hoje o povo começou a adiantar o voto, eu queria adiantar o meu. Meu voto será contra a ampliação do Iges-DF, porque se cria um problema grave. Se qualquer um aqui for entrevistar os pacientes do DF Star ou os pacientes de um hospital de alto padrão, que têm porta fechada para a

população, com certeza será 100% de aprovação. Noventa, como disseram alguns.

O Hospital Cidade do Sol, hoje, é porta fechada, deputado Max Maciel. É um hospital de retaguarda para o Iges-DF. A população não pode bater à porta, entrar e ser atendida. Paciente é enviado para lá a partir de um código de vaga que é gerado no sistema da Secretaria de Saúde, e as pessoas não conseguem essas vagas porque o sistema está superlotado. É isso o que o Iges-DF faz. Ele fecha o sistema. Ele bandeira o sistema e não atende.

Há um paciente, no Hospital Regional do Gama – eu estive lá e falei isso ontem –, aguardando uma placa de tíbia para fazer uma cirurgia há 66 dias. Ele está com risco grave de perder a perna porque a cirurgia não foi feita. Houve 5 tentativas de transferência dele para o Hospital de Santa Maria, que é do Iges-DF – havia a placa lá –, mas o hospital não aceitava, porque os hospitais do Iges-DF ou são segmentados ou bandeiram e não aceitam a população de porta aberta.

Agora, o Hospital Regional do Gama, o HRAN e demais hospitais têm que aceitar a população. As filas continuam no Hospital do Gama. Há gente internada no corredor da ortopedia de lá, e os profissionais dando um jeito de trabalhar com ultrassonografia feita em máquina velha. Não conseguem enxergar os exames direito. Máquina de ressonância nem se fala – é um luxo –, só há no Iges-DF. A máquina de tomografia dá problema. Quando eu estava lá, não estava havendo cirurgia porque o centro cirúrgico estava restrito.

Essa é a situação da saúde. Você não olha para a saúde a partir de um hospital, mas a partir do geral da saúde pública do DF. O Hospital Cidade do Sol precisa ser administrado, como todos os outros, pela Secretaria de Saúde, comando único do SUS, que é o que prevê a Constituição federal.

Não dá para pegarmos um hospital isolado da rede, que não atende a população do DF de porta aberta, presidente, e achar que ele é a solução para os problemas, porque não é. Se você isolar qualquer hospital, ele vai ser maravilhoso, porque não há povo, as pessoas chegam lá em ambulância e são transferidas. Ah, é uma maravilha!

Essa não é a solução. Parece-me que, quando começamos a legitimar esse hospital, começamos a ter uma visão isolada do que é o sistema e não entende que o problema é estrutural, no sistema público de saúde do DF.

Então, presidente, sei que o nosso bloco vai discutir esse tema – já vínhamos conversando –, mas eu adianto o meu voto, que será contra a ampliação do Iges-DF nesse contexto. O meu voto é para alternativas que não privatizem e precarizem a saúde pública.

Eu já visitei todas as UPAs do DF. Conheço todas. Desde a pandemia de covid que eu visito as unidades de pronto atendimento. Eu sei quais são os problemas. As pessoas que deveriam ficar internadas por 24, 48 horas...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... ficam internadas nas UPAs porque não há leitos de retaguarda. Não há leitos de retaguarda na rede! Esse é um problema também estrutural da rede pública de saúde.

O Iges-DF abre um hospital – entre aspas, porque não é hospital –, abre leitos de retaguarda no Hospital Cidade do Sol, consegue transferir os seus, só que o resto inteiro da rede está sem atendimento e sem internação. É preciso haver integração na rede pública.

O nosso olhar nos próximos passos para resolver o problema da saúde pública tem que ser geral, global. Não se pode pegar uma experiência que não é porta aberta e dizer que ela é a solução para a saúde pública do Distrito Federal.

Portanto, o meu voto será contra a ampliação do Iges-DF, porque não o vejo como alternativa para a saúde desta cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Grato, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Fábio Félix, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, também temos acompanhado a situação da saúde pública do Distrito Federal.

Presidente, no dia 6 de fevereiro deste ano, foi votada, nesta casa, a transferência da gestão do Hospital Cidade do Sol para o Iges. Naquele momento, o governo argumentou que era preciso dar

uma resposta à tragédia e à crise da dengue, que precisava abrir leitos imediatos e que essa era a única solução, o que não era verdade.

A crise da dengue teve responsável: a falta de planejamento e organização do governo. Havia jeito de se fazer. Nós avisamos aqui que o jeito não era transferir para o Iges o Hospital Cidade do Sol.

Estou vendo aqui as nossas taquígrafas e taquígrafos, fundamentais no trabalho de nos possibilitar resgatar, das notas taquigráficas, aquele debate.

No dia 6 de fevereiro, nós avisamos: estamos transferindo o Hospital Cidade do Sol para o Iges enquanto durar a crise da dengue. Eu falei: "Eu aposto que, quando acabar o período, o governo vai falar para deixarmos definitivamente o Hospital Cidade do Sol, porque, depois de entregue, não há como tirá-lo".

Era golpe! Era manobra! Isso foi denunciado no dia 6 de fevereiro e está nas notas taquigráficas desta casa. O governo acaba de fazer o que denunciemos. Não era a única solução para a dengue, podia ter sido feito de outra maneira e, agora, o governo consolida o golpe, tentando entregar, em definitivo, mais uma unidade de saúde para o Iges.

Presidente, eu gostaria de propor uma pesquisa para os pacientes das UPAs. Qual é a opinião da sociedade de Brasília sobre o atendimento nas UPAs? Essa é a pesquisa que acho importante para avaliarmos o Iges. Qual é a qualidade do Iges? Proponho que façamos isso.

Temos feito isso, não sistematicamente, com método, mas em todas as suas visitas às UPAs e a todos os equipamentos de saúde do Distrito Federal, a Comissão de Saúde recebe opiniões.

A primeira é a dos servidores, que estão esgotados, trabalhando dobrado e triplicado, porque não existe pessoal. Eles estão se desdobrando nas unidades de saúde e implorando por contratação. O governo não tem feito isso.

A outra opinião é a dos usuários, que se sentem desrespeitados e têm perdido a cabeça, com determinada razão, porque estão diante da saúde, da vida e da morte e, muitas vezes, a resposta é a negligência do Governo do Distrito Federal.

Então, eu queria sugerir para quem propôs a pesquisa aos pacientes do Hospital Cidade do Sol que fizesse a mesma pesquisa, antes de votar o projeto, para saber o que a população acha do Iges e do atendimento das UPAs.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Algum parlamentar deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Não há quórum regimental. Estão presentes o deputado Max Maciel, o deputado Gabriel Magno e o deputado Fábio Félix.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.527/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, a sessão ordinária de quinta-feira, 22 de agosto de 2024, será transformada em comissão geral para discussão sobre a necessária formação dos servidores públicos acerca do tema da violência contra a mulher.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h02min.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

Abrafarma – Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
 Caic – Centro de Atenção Integral à Criança
 CED – Centro Educacional
 Cemi – Centro de Ensino Médio Integrado
 Divisa – Diretoria de Vigilância Sanitária
 DST – Doença Sexualmente Transmissível
 EIT – Escola Industrial de Taguatinga
 Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
 Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde
 Gata – Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa
 GDF – Governo do Distrito Federal
 HRAN – Hospital Regional da Asa Norte
 Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
 Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
 IST – Infecção Sexualmente Transmissível
 PAS – Programa de Avaliação Seriada
 PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
 Sedes-DF – Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
 Seduh-DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
 SindSaúde-DF – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília-DF
 SUS – Sistema Único de Saúde
 TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
 UnB – Universidade de Brasília
 UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 22/08/2024, às 12:35, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **1793679** Código CRC: **094315F5**.